

# GRAFITOS MEDIEVAIS NO CASTELO DE SÃO JORGE (SÉCULOS XIV-XV) – NOVOS ESTUDOS

**Pedro Alves**

FCSH-UNL  
pedroalves3012@gmail.com

**Ana Pereira Ferreira**

CIDEHUS / CH-UL  
anapsferreira@gmail.com

**André de Oliveira Leitão**

Município de Lisboa / CH-UL /CEHR-UCP  
oliveira.leitao@gmail.com

**Gonçalo Lopes**

Arqueólogo / Investigador Independente  
g.simoelopes@gmail.com

## ABSTRACT

Following the discovery, in 2015, of some unknown *graffiti* on the so-called “Torre do Paço” (Tower of the Palace) of São Jorge Castle in Lisbon, more sets of drawings and inscriptions were analyzed on the tower and the barbican wall on the eastern side of the fortress. This new data not only added valuable heraldic information, but also sheds some light on daily urban life in the late-Middle Ages and on the castle’s historical and constructive evolution, helping to reaffirm the medieval origins of parts of its structure.

**Keywords:** Castle, barbican wall, graffiti, heraldry.

## RESUMO

Após a descoberta, em 2015, de alguns grafitos inéditos na chamada “Torre do Paço” do castelo de São Jorge em Lisboa, foram analisados mais conjuntos de desenhos e inscrições na dita torre e na muralha da barbacã do lado nascente da fortaleza. Estes novos dados, para além de acrescentarem valiosa informação heráldica, lançam luz sobre a vida urbana quotidiana no fim da Idade Média e sobre a evolução histórica e construtiva do castelo, ajudando a reafirmar a origem medieval de parte da sua estrutura.

**Palavras Chave:** Castelo, barbacã, grafitos, heráldica.

Desde a Pré-História que os grafitos - tradução portuguesa do italiano *graffito* (pl. *graffiti*) referindo-se a textos e figuras pintadas, desenhadas ou gravadas em paredes e outras superfícies (BARROCA 2000: 25, nota 14) - têm sido sempre associados ao desejo da Humanidade em

deixar a sua marca (LOHMANN 2020: 37), quer testemunhando acontecimentos quotidianos e ações específicas dos seus autores ou de outrem, quer transmitindo manifestações populares de irreverência com temas de carácter transgressor, cómico ou ofensivo. Os grafitos espalharam-se pelas cidades da Antiguidade, reportando-se ao período romano alguns dos exemplos mais bem preservados que sobreviveram até aos nossos dias, embora continuemos a encontrar vestígios semelhantes durante a Idade Média (MIGLIO, TEDESCHI 2012: 610).

Portugal não foi exceção e podemos identificar grafitos da época medieval espalhados por vários monumentos desse período, como nos mosteiros da Batalha (ESTRELA 2019; JORGE 2017) e Santa Clara-a-Velha (BAIRRAS 2020), ou na Capela dos Ferreiros (em Oliveira do Hospital) (BARROCA 2000: 26-27). Também os castelos foram estruturas preferenciais para suporte de grafitos, conforme os encontramos em Arraiolos (BILOU, BRANCO 2011: 1-13), Olivença (MARQUES 2000), Valongo (REI 2000: 199-218) ou Montemor-o-Velho (PENAJÓIA 2014: 231-248). Mais recentemente, em 2015, foi descoberto um conjunto de inscrições inéditas na (impropriamente) chamada “Torre do Paço” do castelo de São Jorge em Lisboa (Figs. 1 e 2) por Carlos Fabião e transcritas por Bernardo de Sá Nogueira. Aí encontramos três dos quatro tipos de grafitos preconizados por Lorenzo Arribas: textuais, figurativos e numerais (ARRIBAS 2016: 57), mas por se encontrarem a uma altura bastante elevada e relativamente concentradas, tornam-se bastante mais complexas de analisar.

Sabe-se que essas inscrições versam sobre um dia trágico na história da cidade: o sismo de 24 de Agosto de 1356, dia de São Bartolomeu (Fig. 3). Com efeito, para além de terem identificado a referência ao acontecimento e à data da sua ocorrência: “*Nouenta e quatro [...] / [...] dia de Sam Bertolameu tremeu a terra [...]*”, também notaram nas curiosas palavras que se lhe seguiam: “*A qual mandou fazer el rey Afonso / filho del rey dom Denis / Vasco Gonçalvez*” (CAMPOS, PEREIRA 2016: 24). Seria esta última frase uma indicação direta de uma possível reconstrução da dita “Torre do Paço”, danificada pelo sismo? Tudo aponta nesse sentido, não só pela confirmação da data e da descrição do cenário dantesco provocado pelo dito sismo dada no *Livro da Noa* do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (CRUZ 1968: 81) - abalo que provocou a queda de vários edifícios em Lisboa, entre os quais a capela-mor da Sé, e que foi igualmente sentido no reino de Castela (COSTA, FONSECA 2007: 8-9) - como também pela transcrição das frases gravadas nas linhas seguintes, onde parece estar referida a data de conclusão das obras de reconstrução da torre em 1396 (ano 1358 da Era de Cristo): “*Esta (?) torre que (?) [...] dia de Sam Bertalomeu / e prol de [...] nouenta e seis (?) / [...] nova fazer el rey dom Afonso [...]*” (MORUJÃO 2023: 72-73).

Sobre a identidade do suposto assinante destas inscrições, Vasco Gonçalves, surgiram algumas dúvidas. Enquanto Bernardo de Sá Nogueira colocou a hipótese de se tratar de um tabelião de Lisboa (CAMPOS, PEREIRA 2016: 30), Rosário Morujão defende que o tipo de escrita informal característico dos grafitos não se coaduna com as funções habitualmente reservadas a tabeliães, mais habituados a escrever e autenticar documentos oficiais, e que a ausência do sinal de tabelião ou de qualquer referência ao seu título seriam indícios de uma outra função (MORUJÃO 2023: 73-74). No entanto, os escrivães do almoxarifado, vedores de obra e outros oficiais régios já eram alfabetizados em meados do século XIV e assumiam, muitas vezes, as funções de tabeliães, ou vice-versa (BILOU, BRANCO 2011: 2-7).

Para mais, foi identificado um tabelião “d’el-rei” com o mesmo nome a laborar em Lisboa entre 1369 e 1393 (FERREIRA 2023: 279), e se a isso juntarmos o estilo de letra gravada em escrita gótica “redonda”, compatível com a época do reinado de D. Fernando I (1367-1383) (CAMPOS, PEREIRA 2016: 30), logo se conclui que é possível que esse tabelião e o autor das inscrições possam ser a mesma pessoa. Sem embargo, Vasco Gonçalves até poderia ser um mestre pedreiro, um clérigo, membro da casa do rei ou alguém que soubesse ler e escrever, visto que o castelo contava com

um conjunto de oficiais e escrivães de apoio às mais variadas escrivatinhas que compunham a já complexa administração local (e central), e como tal parece mais plausível que se tratasse de um destes homens, com conhecimento da escrita e que, dada a sua profissão, estivesse presente na obra naquele momento.

### ESCUDO DE ARMAS DE ESTÊVÃO DA GUARDA

Para além das inscrições já analisadas, a “Torre do Paço” apresenta outras palavras avulsas e figuras - pentagramas e instrumentos de construção - como um compasso ou alicate (Fig. 4), ferramentas que fazem todo o sentido surgir em contexto de um estaleiro de obra. Mas o mais curioso desse conjunto são uma série de escudos heráldicos que procuramos abordar neste artigo. Embora passíveis de associação com o já citado Vasco Gonçalves ou com outras famílias pertencentes à oligarquia municipal lisboeta (SEIXAS 2023: 104-109), os sinais de um dos escudos, elementos no interior de uma banda, que parecem com grande certeza serem flores-de-lis (Figs. 5 e 6), levam-nos diretamente às armas de Estêvão da Guarda.

Sabemos, pela descrição do seu túmulo e da capela familiar instituída em 1320 pelo próprio e pela sua mulher Sancha Domingues no mosteiro de São Vicente de Fora, feita por Gaspar Álvares de Lousada antes da sua demolição na primeira metade do século XVII, que o escudo de armas era composto por uma “[...] banda larga que atravessa o escudo e nella 3 flores de liz que conforme a sua pintura antiga da capella erao douro em campo azul [...]” (LOUSADA 1612-1629: 98).

São estes mesmos elementos heráldicos que encontramos em pelo menos dois dos desenhos dos escudos presentes na torre, sendo os mais pequenos provavelmente desenhos preparatórios, ou simples repetições (Fig. 6). Tal identificação é reforçada por um fragmento de texto próximo onde se lê “G[...]da”, provavelmente “G[uar]da” (Fig. 7). Num dos escudos só é possível descortinar a sua forma, pois os elementos interiores desapareceram com a queda do reboco.

Anteriormente identificado como aragonês (HOMEM 1990: 296), Estêvão da Guarda terá nascido muito provavelmente na cidade homónima por volta de 1280, como o próprio apodo indica (MARTINS 1999: 15). Além de criado e vassalo do rei D. Dinis desde tenra idade, revelou-se um homem de nobreza verdadeiramente multifacetado: para além de trovador (OLIVEIRA 1993: 245-246), exerceu uma série de funções na Corte régia que o tornaram um indivíduo muito próximo do monarca, ocupando durante quase 26 anos - entre 1299 e 1325 - vários cargos no desembargo régio, principalmente o de escrivão da puridade (nada menos que o secretário pessoal do rei), tendo também sido seu procurador, testamenteiro, escanção e uchão-mor<sup>1</sup>. A sua proximidade ao trono levou-o inclusivamente a mudar de residência da freguesia de São Mamede para umas casas que possuía na alcáçova de Lisboa, junto ao paço real<sup>2</sup>, pelo que não seria coincidência a presença do desenho das suas armas na torre do castelo.

Durante a guerra civil que teve lugar no final do reinado dionisino entre o monarca e o seu filho, o infante herdeiro D. Afonso, Estêvão da Guarda colocou-se ao lado de D. Dinis desde a primeira hora, podendo até ter chegado a pegar em armas contra o infante rebelde, posição que lhe valeu o afastamento da Corte aquando da subida ao trono de D. Afonso (MARTINS 1999: 25). No entanto, tal ocaso não foi definitivo, pois voltamos a encontrá-lo como representante da política externa do monarca em várias ocasiões entre 1327 e 1338, e como testemunha e signatário de documentos legislativos em 1341 e 1347 (MARTINS 1999: 26-27).

---

1 O escanção-mor, ou copeiro, era o oficial da Corte encarregado de servir o vinho ao rei nas refeições. O uchão-mor, ou despenseiro, era o oficial responsável da despensa régia, ou seja, do armazenamento de alimentos e outros víveres. Sobre isto ver MARTINS 2023, MARTINS 1999: pp. 23-24 e HOMEM 1990: pp. 296-297.

2 PT/AMLSB/CMLSBAH/CSA/001/001/008: fl. 11v; MARTINS 2023; MARTINS 1999: p. 24.

A estreita colaboração prestada por Estêvão da Guarda a D. Dinis e a D. Afonso IV nos sucessivos cargos de burocracia régia projetaram-no também junto dos grupos sociais de prestígio na sociedade da época: a Ordem Militar de Avis, o Concelho de Lisboa e o clero da cidade (MARTINS 1999: 28-31). Mais para o fim da vida continuou a ser agraciado pelo rei D. Pedro I com mercês e doações de terras em 1357 e 1362. Viveu até 1364, ou pouco antes, o que fortalece o sentido da presença do grafito do seu escudo de armas na “Torre do Paço”, provavelmente como confirmante e/ou assinante das ordens régias para a reconstrução da mesma.

### NOTÍCIAS DA (RE)CONSTRUÇÃO DA MURALHA BARBACÃ DO CASTELO

Podemos igualmente encontrar numerosos grafitos, não só em quantidade, mas também em qualidade, no muro abaixo da barbacã do lado nascente do castelo, poucos centímetros acima da cota do terreno do atual fosso (Fig. 8). Desde desenhos de navios (Fig. 9) - uma iconografia bastante comum (ESTRELA 2019; JORGE 2017: 21-22) - de peixes, ou cetáceos (Fig. 10), contagens de jorna, um labirinto, pentagramas (Fig. 11); e uma frase até bem recentemente inédita, cuja transcrição, proposta por Ana Pereira Ferreira, tem merecido consenso relativamente alargado entre os académicos: “*Esta parede foy f[ec]ta em t[em]po del rey dom Joham*” (Figs. 12 e 13). Estamos assim perante notícias de obras realizadas naquele trecho da muralha da barbacã durante o reinado de D. João I (1385-1433).

Essas obras decorreram num contexto de reconstrução do castelo depois do turbulento período de 1383-1385, anos em que o cronista Fernão Lopes conta que, logo após a revolta de Lisboa a favor de D. João, Mestre de Avis, em dezembro de 1383, o castelo foi tomado sem luta e “[...] mandou-o devassar e tirar as portas da parte da cidade, per conselho de todo o pobo.” (LOPES 2017: 89). Mais tarde, após o cerco castelhano em 1384, alguns dos moradores de Lisboa pediram-lhe “[...] que mandasse logo derribar o castelo dessa cidade. Sendo outorgado por ele, foi deitado em terra, sem outra tardança.” (Ibidem: 297).

Estas frases têm levado a concluir que o castelo teria sido total ou parcialmente demolido, mas a descoberta destes grafitos, tanto na “Torre do Paço” como na barbacã, complementado com futuras análises das marcas de canteiro, poderão comprovar que a fortaleza não foi, afinal, destruída, mas antes inutilizada, ao serem retirados alguns elementos bélicos - como o fosso ou a barbacã - para neutralizar a ameaça militar que esta ainda poderia exercer sobre a cidade (MONTEIRO 1999: 94).

O tipo de letra da inscrição, angulosa, de gótica cursiva, mas com aparência caligráfica influenciada pela letra *bâtard*, típica do reinado Joanino (FERREIRA 2011: 50), é outro indício para a sua identificação cronológica, confirmada por uma breve análise paleográfica: notemos a forma como são feitos os *m*, angulosos e rectos; ou o *J* de *Joham*, à semelhança do *J* de arranque da documentação da chancelaria régia do mesmo período; os *d* com laçada, os *i* longos, o *R* maiúsculo de rei e mesmo as abreviaturas usadas: *fecta* e *tempo*<sup>3</sup>. Se tal não bastasse, os próprios registos da Chancelaria de D. João I mencionam explicitamente obras no castelo num período compreendido entre 1405 e 1433. Entre estas, surgem referências à reformulação do fosso em 1417 (DIAS 2006: 23) e obras em 1421 (DIAS, PINTO 2023: 618) que ainda decorriam no início do reinado de D. Duarte (1433-1438) (DIAS 2002: 112). Parece-nos, portanto, inequívoca a leitura e datação da inscrição encontrada abaixo da muralha da barbacã no lado nascente.

No seguimento desta frase, apesar do reboco danificado, deparamo-nos com um espaço ilegível seguido do que parecem ser duas letras: “c L” (Fig. 13) e que poderão fazer parte da mesma

---

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre este estilo de letra, ver: FERREIRA 2011.

inscrição ou do início de outra. Se atentarmos à hipótese de ser uma datação, é possível que c L indiquem a forma de marcar a centúria e década: [mil iiij]c L..., ou seja, mil quatrocentos e cinquenta (podendo ir até cinquenta e nove, dado não se conseguir ver a continuação do texto). Recordemos que foi em ordenação publicada em agosto de 1422, no reinado precisamente de D. João I, que se passou a usar na datação dos diplomas da chancelaria régia a Era de Cristo ao invés da Era de César ou Hispânica (DIAS 2018: 11-14), pelo que esta data se pode referir à Era Hispânica de 1450 (a 1459), correspondente, na Era de Cristo, ao ano de 1412 (até 1421).

Esta hipótese, para além de totalmente alinhada com a cronologia avançada pela documentação para o período das obras, ganha força pelo tipo de suporte, que não oferecia as melhores condições de escrita e que justificaria a opção, por parte do autor das inscrições, pelo uso da numeração romana ao invés da extensa (FERREIRA 2011: 156), mais comum na documentação em pergaminho. Infelizmente, devido à deterioração do reboco e à subida da cota do terreno naquele local, é impossível a continuação da leitura, o que impede respostas definitivas a algumas destas questões.

Outra dúvida levantada por Rosário Morujão no seu artigo “Os Grafitos do Castelo de S. Jorge”, prende-se com a transcrição, logo no início da frase, do vocábulo “*parede*”, que em tempos medievais não costumava ser usado para designar uma muralha - neste caso a barbacã - preferindo-se, por exemplo, “*muro*” (MORUJÃO 2023: 78). Para além de podermos estar perante um uso excepcional do termo, julgamos que a diferença do tipo de estruturas em questão oferece possíveis respostas a essa dúvida: o sítio onde se encontram os grafitos possui um ligeiro declive, que faz lembrar um alambor<sup>4</sup> (Fig. 14). Se tomarmos por princípio que se trata, de facto, de um alambor, então não faz parte da muralha da barbacã, antes a complementa, servindo-lhe não só de suporte, mas também como defesa extra.

Análise semelhante fez o olisipógrafo Augusto Vieira da Silva, que o considerou não um alambor, mas o muro da escarpa do fosso sobre o qual se erguia a antiga barbacã (SILVA 1937: 50-51). Esse fosso acabou entulhado nos séculos seguintes - enterrando a parede da escarpa - e a barbacã destruída na quase totalidade, com exceção de um pequeno trecho no canto sudeste (SILVA 1937: 39, 43). Entre 1938 e 1940, no âmbito dos trabalhos de restauro e “reintegração” do monumento nacional empreendidos pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) com vista às comemorações do duplo centenário da Fundação e da Restauração (1940) (DGEMN 1941: 5), foi reconstruída parte da barbacã e desaterrado o lado exterior, deixando visível novamente a face rampeada da parede da dita escarpa (SILVA 1937: 51) e revelando estes grafitos. Faz então sentido que, no período tardo-medieval, se considerasse também essa distinção entre os dois muros, pelo que o autor da inscrição pode ter optado por designar “*parede*” algo que efetivamente não é parte da muralha da barbacã, mas que, ao invés, lhe serve de suporte (Fig. 15).

## OS GRAFITOS NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DO CASTELO

O castelo de Lisboa, mais conhecido por castelo de São Jorge<sup>5</sup> e monumento *ex-libris* da cidade, é uma fortaleza com diversos detalhes construtivos que comprovam a sua origem medieval bem como a evolução da arquitetura militar nesse período. Não sendo nosso objetivo discorrermos aqui sobre as origens do castelo, elencam-se duas hipóteses fundamentais, uma identificando esta fortificação como tendo sido construída ainda durante o período de domínio islâmico da

---

<sup>4</sup> “Trata-se de uma base em forma de rampa, destinada a [...] provocar o ressalto dos projéteis, [...] e, ao mesmo tempo, a manter à distância as escadas de assalto inimigas.” Ver MARTINS 2016: p. 25.

<sup>5</sup> A mais antiga menção, que se conheça até agora, ao nome do santo para designar o castelo surge num documento de 8 de fevereiro de 1638. Cf. ANTT - PT/TT/CC/2/370/00128.

cidade, em meados do século XI (GASPAR *et alli* 2003: 222), e que poderia recuar até aos finais do século X - coeva do restauro das muralhas da cerca velha ordenado por Almançor, *hajib*<sup>6</sup> do califa Hisham II (BARCELÓ 2013: 172-174) - e uma outra que aponta para uma edificação mais tardia, em contexto de ocupação plenamente cristã, no século XIII<sup>7</sup>, considerando alguns indícios documentais e arquitetónicos, como a diferença do aparelhamento da pedra entre os panos poente/norte e nascente/sul (SILVA 2022: 178-180) (Fig. 1), bem como a presença dos grafitos abordados neste e noutros artigos, e porventura outros mais que não foram até agora descobertos ou analisados.

Estes vestígios parecem ser suficientes para desmontar narrativas, preconceitos e ideias mal compreendidas até aos dias de hoje sobre o castelo de São Jorge, como a de que seria um monumento “inventado”, ou, pelo menos, quase completamente reconstruído sob a direção da DGEMN, desvirtuando o seu aspeto até ao ponto do que vemos atualmente nada ter de semelhante com a fortaleza original. Sendo certo que o restauro então efetuado obedeceu a critérios de natureza ideológica que procuravam vincular o restauro do monumento a algumas das conjunturas mais gloriosas da história portuguesa na ótica nacionalista preconizada pelo Estado Novo (no caso, a conquista de Lisboa aos mouros em 1147) (SANTOS 2014: 33-34), não é menos verdade que, do ponto de vista da arquitetura e da fundamentação teórica do restauro, havia vingado o modelo, proposto por Viollet-le-Duc no século XIX, da reintegração arquitetónica, traduzida numa “pureza de estilo” dos edifícios históricos (sobretudo os medievais), expurgando-os de todos os elementos constitutivos de outras épocas, considerados excrescências e, logo, atentados à estética do conjunto (CRUZ 2013: 73).

Nesse sentido, mais do que a autenticidade do restauro, ocorreu no castelo de São Jorge, como de resto noutros monumentos intervencionados no mesmo período, uma certa reinvenção histórica do espaço, que ainda assim poderá ser matizada pela presença de Vieira da Silva, conhecedor profundo do monumento e autor de uma monografia de inestimável valor acerca do castelo antes do restauro<sup>8</sup>. Essa intervenção, cujos trabalhos incluíram, numa primeira fase, a demolição dos edifícios militares que tinham sido, desde o século XVII, acrescentados no interior e ao redor da fortificação e do antigo Paço da Alcáçova, contemplou também, num segundo momento, uma extensa campanha de escavações e desaterros (CRUZ 2013: 69-71), tornando visíveis largos trechos preservados da estrutura preexistente (ao mesmo tempo que destruía, irremediavelmente, várias partes do antigo Paço da Alcáçova), conforme nos mostram várias fotos e gravuras anteriores às obras de restauro. A sua planta, traçado das muralhas, torres e algumas portas permaneceram intactas e inalteradas.

## CONCLUSÕES

Não obstante a preservação de uma parte muito significativa das muralhas e torres do castelo medieval (ainda que ocultas sob os quartéis militares), os erros técnicos da DGEMN, propositados ou não, dificultam até hoje uma completa compreensão das suas várias cronologias construtivas, pelo que só campanhas arqueológicas abrangentes e estudos aprofundados de arqueologia da arquitetura poderão lançar novas luzes sobre a história do monumento e esclarecer definitivamente as dúvidas que subsistem sobre a data da sua construção e respetiva evolução arquitetónica.

Quanto aos grafitos, é importante ressaltar que estes demonstram a importância que a escrita adquiria na Idade Média: o abandono progressivo da oralidade como veículo de transmissão da memória dos acontecimentos, transposta para um uso cada vez mais massivo e regular da escrita

---

<sup>6</sup> Equivalente ao cargo de tesoureiro, ou camareiro-mor, tornar-se-iam também líderes políticos e militares, chegando a posições de grande poder nas Cortes de vários líderes islâmicos, entre os quais, os califas omíadas do Al-Andalus. Cf. BERKEL *et alli* 2017.

<sup>7</sup> A referência a “*castellum*” num documento da chancelaria do rei D. Afonso III em 1254 pode já apontar para a existência de uma fortificação separada dentro dos muros da alcáçova. Cf. GOMES 2022: p. 39.

<sup>8</sup> Para mais informações ler: SILVA 1937.

como forma de registo primordial, imutável, perdurável, em suma, de registo para a posteridade dos que habitualmente ficam esquecidos. Não sendo uma muralha, torre ou parede o local de excelência da escrita, o facto de ali terem sido feitos registos de acontecimentos quotidianos para memória futura, ainda que com carácter bastante generalizado, demonstram a noção que o Homem medieval adquire sobre a importância do registo escrito.

Essa importância reveste-se de maior ironia quando se constata que os trabalhos de restauro do castelo de São Jorge constituíram o primeiro momento, em vários séculos de história do monumento, em que muitos dos grafitos que o adornam voltaram a ver a luz do dia, tendo, aparentemente, passado despercebidos durante décadas aos olhos de todos quantos visitaram o castelo. Se os grafitos da “Torre do Paço” se situam numa posição elevada e, por isso mesmo, mais difíceis de detetar ao nível do chão, já o mesmo não se pode dizer em relação aos grafitos da barbacã.

Parece-nos, contudo, pertinente recordar que, no âmbito do projeto de arranjo paisagístico do monumento, elaborado pelo arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles e pelo engenheiro João Pulido Garcia, e executado a partir de 1959 como corolário do programa de reintegração do castelo de São Jorge na paisagem urbana de Lisboa, a fantasia do castelo medieval foi levada ao extremo de o fosso ter sido cheio com água, compondo assim um cartão-postal do monumento bastante atraente para o visitante, ainda que historicamente inverosímil, e que poderá inclusivamente ter danificado parte de reboco onde foram postos a descoberto alguns dos grafitos agora revelados<sup>9</sup>.

#### **FONTES MANUSCRITAS:**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Corpo Cronológico, Parte II, mç. 370, n.º 128. PT/TT/CC/2/370/00128.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- ARRIBAS, J. Lorenzo (2016), Grafitos medievales. Un intento de sistematización, In FERREIRO, G. Viñuales; TÉLLEZ, F. Reyes (Coord. de), *Grafitos Históricos Hispânicos I. Homenaje al Profesor Félix Palomero*, Madrid, OMM Press, pp. 43-58.
- BAIRRAS, Andreia Filipa Vaz (2020), *Grafitos Antigos no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra*, [Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93750>.
- BARCELÓ, Carmen (2013), Lisboa y Almanzor (374 H. / 985d. C.), *Conímbriga*, Vol. 52, Coimbra, Instituto de Arqueología, pp. 165-194.
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- BERKEL, Maaike van; EL CHEIKH, Nadia Maria; KENNEDY, Hugh; OSTI, Letizia (2017), *Crisis and Continuity at the Abbasid Court: Formal and Informal Politics in the Caliphate of al-Muqtadir (295-320/908-32)*, Leiden-Boston, Brill.
- BILOU, Francisco; BRANCO, Manuel J. C. (2011), *Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal.
- COSTA, Marisa; FONSECA, João (2007), Sismicidade histórica em Portugal no período medieval, *Sísmica 2007. Anais do 7º Congresso de Sismologia e Engenharia Sísmica*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto/Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica, pp. 1-14.

---

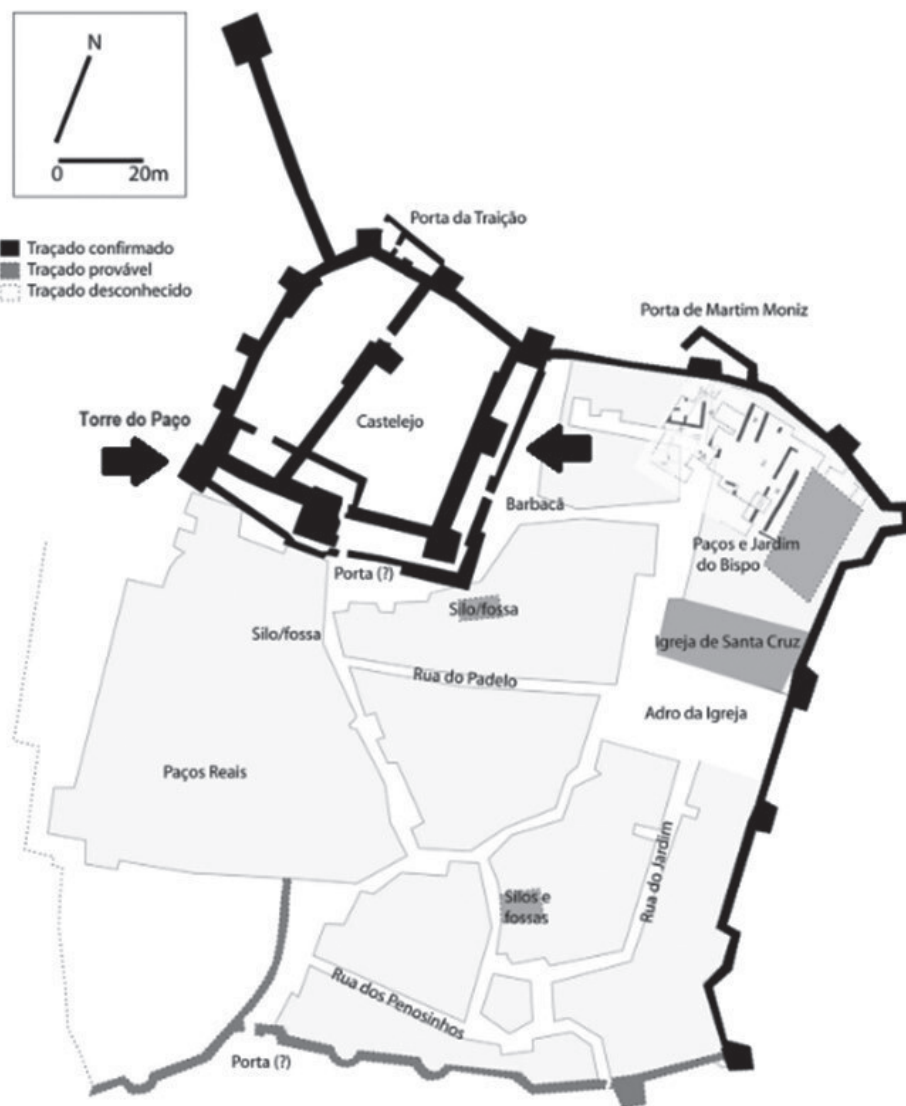
<sup>9</sup> Vejam-se, por exemplo, algumas fotografias conservadas no Arquivo Municipal de Lisboa, da autoria de Armando Maia Seródio (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/003745), de Artur Pastor (PT/AMLSB/ART/031498, PT/AMLSB/ART/031528 e PT/AMLSB/ART/034912) ou ainda de Horácio Novais (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000731), documentando um fosso cheio de água, vegetação luxuriante e até aves, entre as décadas de 1960 e 1980.

- CRUZ, António M. G. (2013), *Reabilitação do Património - O Castelo de São Jorge: do Estado Novo à Actualidade* [Tese de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias de Lisboa]. <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/5317>.
- CRUZ, António (1968), *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, BPMP.
- DGEMN (1941), O Castelo de São Jorge, *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumento Nacionais*, n.º 25-26, [Lisboa], Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- DIAS, João Alves, PINTO, Pedro (2023), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, João Alves (2018), Portugal e a vulgarização da datação do ano pelo modo corrente, *Fragmenta Historica - História, Paleografia e Diplomática*, (6), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pp. 11-14.
- DIAS, João Alves (2006), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol. IV, Tomo 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, João Alves (2002), *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. III, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- ESTRELA, Jorge (2019), *Grafitos medievais do Mosteiro da Batalha*, Leiria, Hora de Ler.
- FERREIRA, Ana Pereira (2023), *A Cidade de Lisboa e a Universidade: o Tabelionato Régio e o Poder da Escrita, 1377-1438*, [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/35229>.
- FERREIRA, Ana Pereira (2011), *Análise Paleográfica de uma escrita de Chancelaria Régia: a letra Joanina, 1370-1420*, [Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6951?locale=en>.
- GASPAR, A.; GOMES, A.; GUERRA, S.; MENDES, H.; PIMENTA, J.; PINTO, P.; RIBEIRO, S.; VALONGO, A. (2003), Castelo de São Jorge - Balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos, *Património Estudos*, (4), Lisboa, IPPAR, pp. 214-223.
- GOMES, Saul António (2022), *O Castelo e o Paço da Alcáçova de Lisboa*, Vol. 1, Lisboa, EGEAC.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1990), *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- JORGE, Orlindo (2017), *Dos grafitos à grande sala do risco do Mosteiro da Batalha*, Batalha, III Congresso de Nacional de Informação Turística - CNIT.
- LOHMMAN, Polly (2020), Historical Graffiti. The State of the Art, *Journal of Early Modern Studies*, (9), Firenze, Università di Firenze, pp. 37-57.
- LOPES, Fernão (2017), Crónica de Dom João I - Primeira Parte In AMADO, Teresa (Ed. de), *Imprensa Nacional - Centro de Estudos Comparatistas*, Lisboa, INCM, pp. 17-390.
- LOUSADA, Gaspar Álvares de (1612-1629), *Sumários de Louzada*, Vol. 1, Porto, Biblioteca Municipal do Porto.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro (2000), *Inscrições medievais no castelo de Olivença deixadas por mãos portuguesas na torre de menagem do século XIV aumentada pelo "Príncipe Perfeito" Dom João II / publicadas por Alfredo Pinheiro Marques*, Montemor-o-Velho; Coimbra; Olivença, Centro de Estudos do Mar.
- MARTINS, Miguel Gomes (2016), *Guerreiros de Pedra. Castelos, Muralhas e Guerras de Cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- MARTINS, Miguel Gomes (1999), Da Esperança a São Vicente de Fora: um percurso em torno a Estêvão da Guarda, In ANDRADE, Amélia Aguiar; FARELO, Mário (Coord. de), *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª Série, (3), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 11-60.
- MIGLIO, Luisa; TEDESCHI, Carlo (2012), Per lo Studio dei Graffiti Medieval. Caratteri, Categorie, Esempi, In FIORETTI, Paolo (Coord. de), *Storie di Cultura Scritta. Studi per Francesco Magistrale*, Spoleto, CISAM, pp. 605-628.

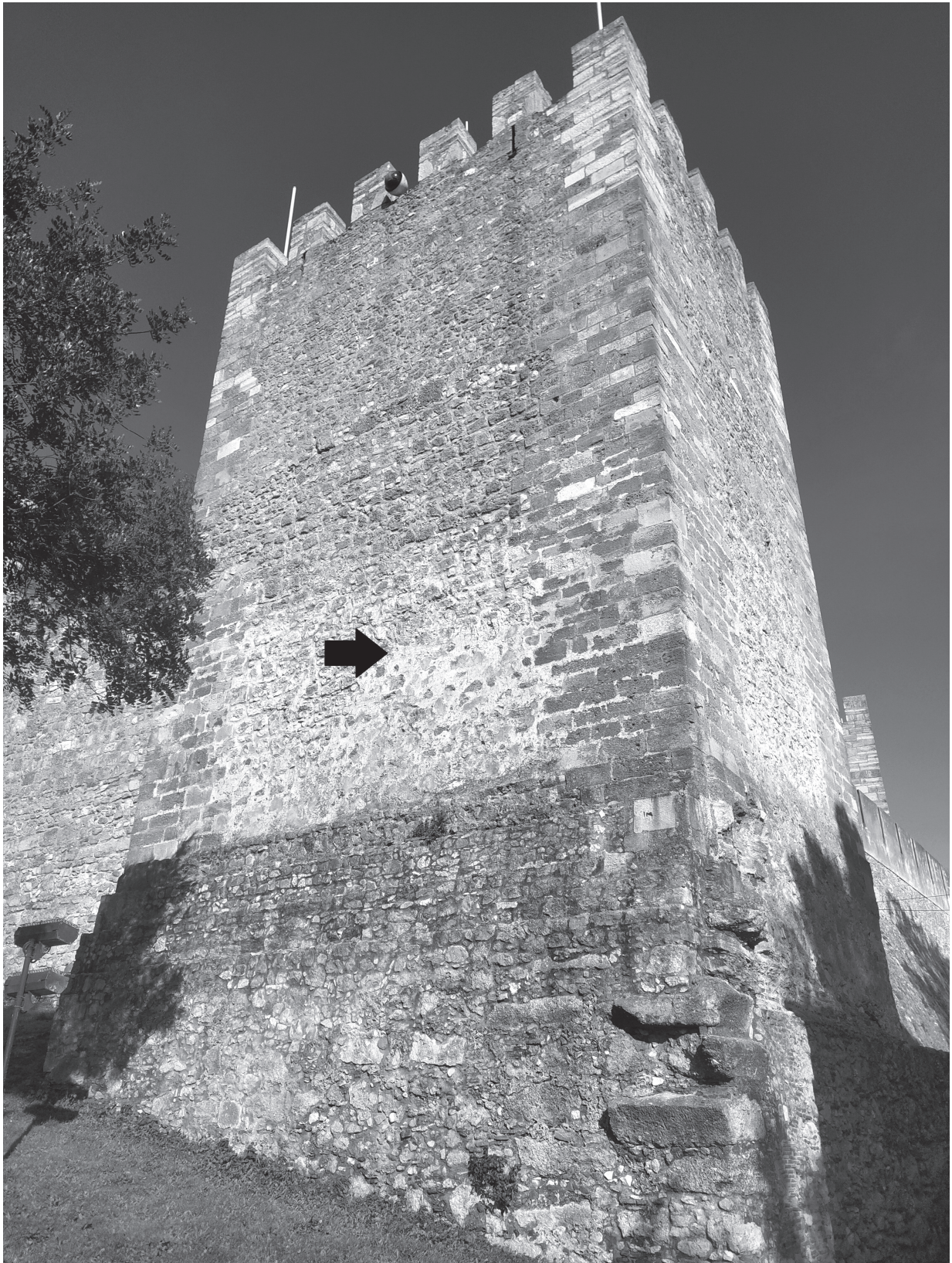
- MONTEIRO, João Gouveia (1999), *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média - Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Lisboa, Edições Colibri.
- MORUJÃO, Maria do Rosário (2023), Os Grafitos do Castelo de S. Jorge, In AMARAL, Maria Antónia A. (Coord. de), *Lisboa: o Rio, o Castelo e a Cidade - Estudos*, Lisboa, EGEAC, pp. 65-87.
- OLIVEIRA, António Resende de (1993), Estêvão da Guarda, In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Coord. de), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 245-246.
- PENAJÓIA, Marco (2014), Grafitos, inscrição árabe e outras marcas históricas identificados no castelo de Montemor-o-Velho, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Vol. 14, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, pp. 231-252.
- REI, António (2000), O Castelo de Valongo - Estudos Métrico-Construtivo e Histórico-Espacial, *A Cidade de Évora*, IIª Série, (4), Évora, pp. 199-218.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (2014), “A verdadeira acrópole sagrada de Lisboa e da Nação”: Sobre o percurso de readaptação, reintegração e reabilitação patrimonial do complexo fortificado do castelo de São Jorge, In RODRIGUES, José Delgado (ed.), *De Viollet-le-Duc à Carta de Venezia: Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pp. 31-38.
- SEIXAS, Miguel Metelo de (2023), Heráldica no Castelo de São Jorge, In AMARAL, Maria Antónia A. (Coord. de), *Lisboa: o Rio, o Castelo e a Cidade - Estudos*, Lisboa, EGEAC, pp. 89-117.
- SILVA, Augusto Vieira da (1937), *O Castelo de São Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descritivo*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- SILVA, Manuel Fialho (2022), *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

#### **Webgrafia:**

- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Artur Pastor, Documentos Fotográficos, Castelo de São Jorge, muralha e fosso, PT/AMLSB/ART/009/031498.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Artur Pastor, Documentos Fotográficos, Castelo de São Jorge, muralha e fosso, PT/AMLSB/ART/009/031528.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Artur Pastor, Documentos Fotográficos, Castelo de São Jorge, muralha e fosso, PT/AMLSB/ART/034912.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Preservação da cultura e salvaguarda do património, Fotografia artística e documental, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000731.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Preservação da cultura e salvaguarda do património, Fotografia artística e documental, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/003745.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Casa de Santo António, Livro da instituição da capela de Estêvão da Guarda, doc. 8, fl. 11v. PT/AMLSB/CMLSBAH/CSA/001/001/008.
- CAMPOS, António Luís; PEREIRA, Gonçalo (2016), Crónicas do Castelo de São Jorge, *National Geographic Magazine Portugal*, Consultado a 07 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.uniarq.net/a-uniarq-na-national-geographic.html>.
- MARTINS, Miguel Gomes (2023), A capela de Estêvão da Guarda no Mosteiro de S. Vicente de Fora, *The geology and paleontology of Saint Vincent's parish - Actas Colóquio de São Vicente*, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses. Consultado em 15 de fevereiro de 2024. Disponível em: [https://issuu.com/gabinete.estudos.olisiponenses/docs/actas2\\_issuu/s/18187502](https://issuu.com/gabinete.estudos.olisiponenses/docs/actas2_issuu/s/18187502).



**Fig. 1:** Planta da alcáçova e castelo de São Jorge em Lisboa, com os locais onde se descobriram os grafitos assinalados com setas. Imagem gentilmente cedida por Manuel Fialho Silva. Fonte: SILVA, Manuel Fialho (2022), *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 215.



**Fig. 2:** Imagem da face poente da “Torre do Paço”, com o local dos grafitos assinalado com seta.



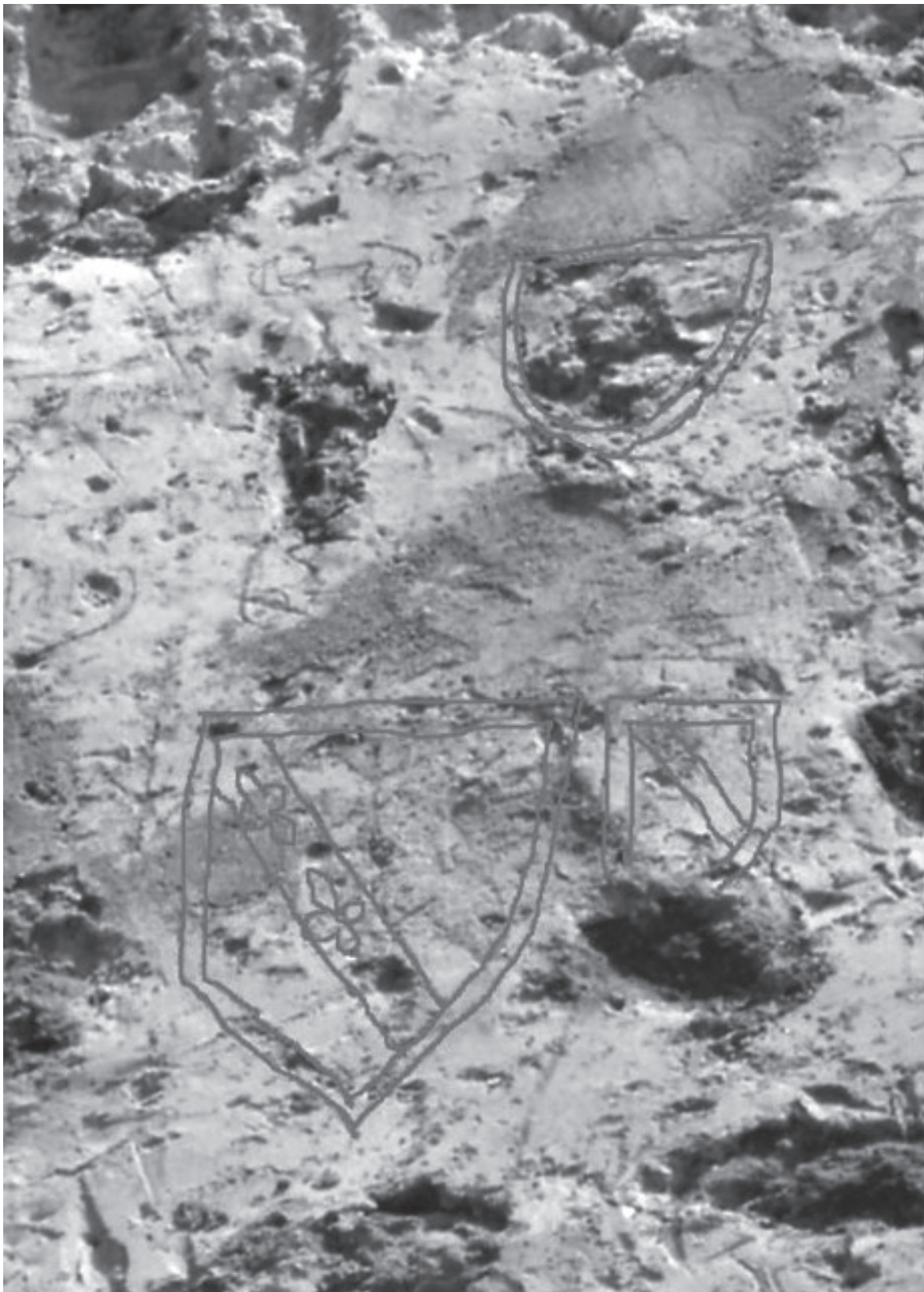
**Fig. 3:** Inscrição na “Torre do Paço” sobre o sismo de 24 de agosto de 1356 e a sua posterior reconstrução.



**Fig. 4:** Grafito de um compasso, ou alicate, na “Torre do Paço”.



**Fig. 5:** Escudos heráldicos presentes na “Torre do Paço”, degradados pela queda do reboco.



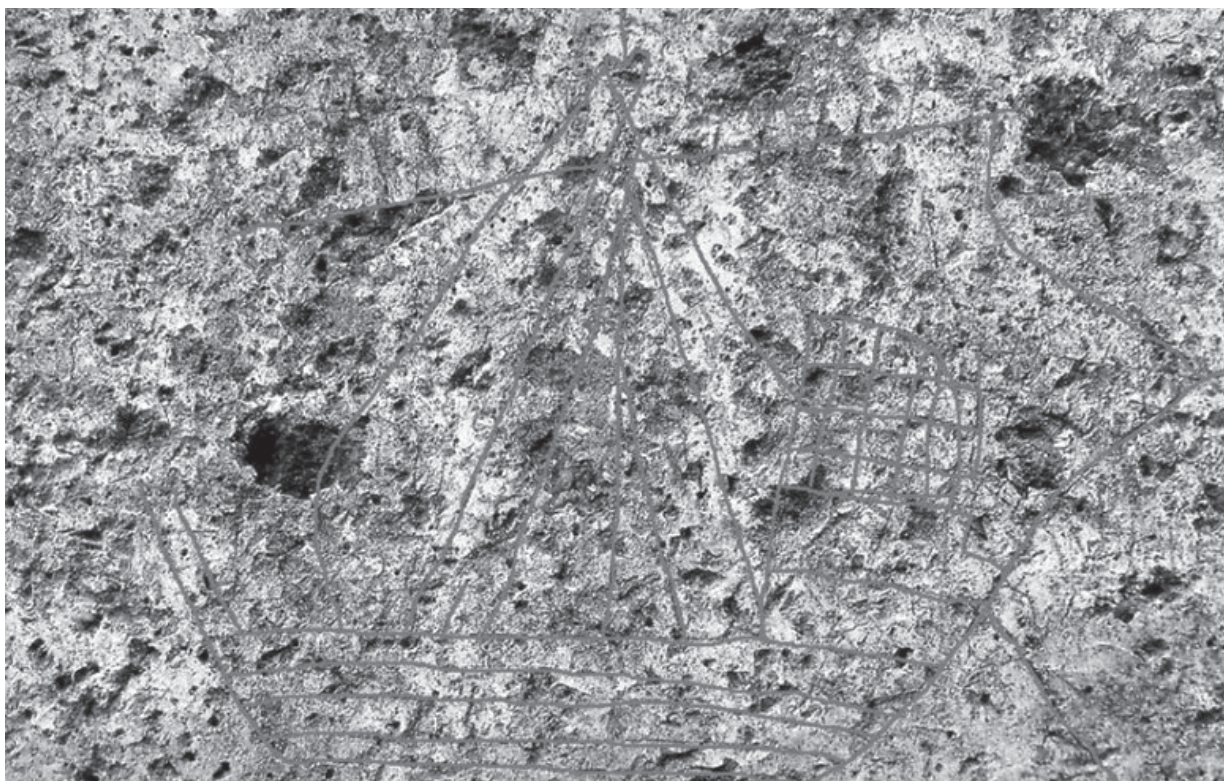
**Fig. 6:** Realce dos escudos heráldicos onde se pode notar a banda com flores-de-lis. No escudo mais pequeno apenas foi colocada a banda e o escudo acima está irremediavelmente danificado pela queda do reboco.



**Fig. 7:** Fragmento de texto de difícil leitura, mas onde, provavelmente, se pode descortinar a palavra “Guarda”.



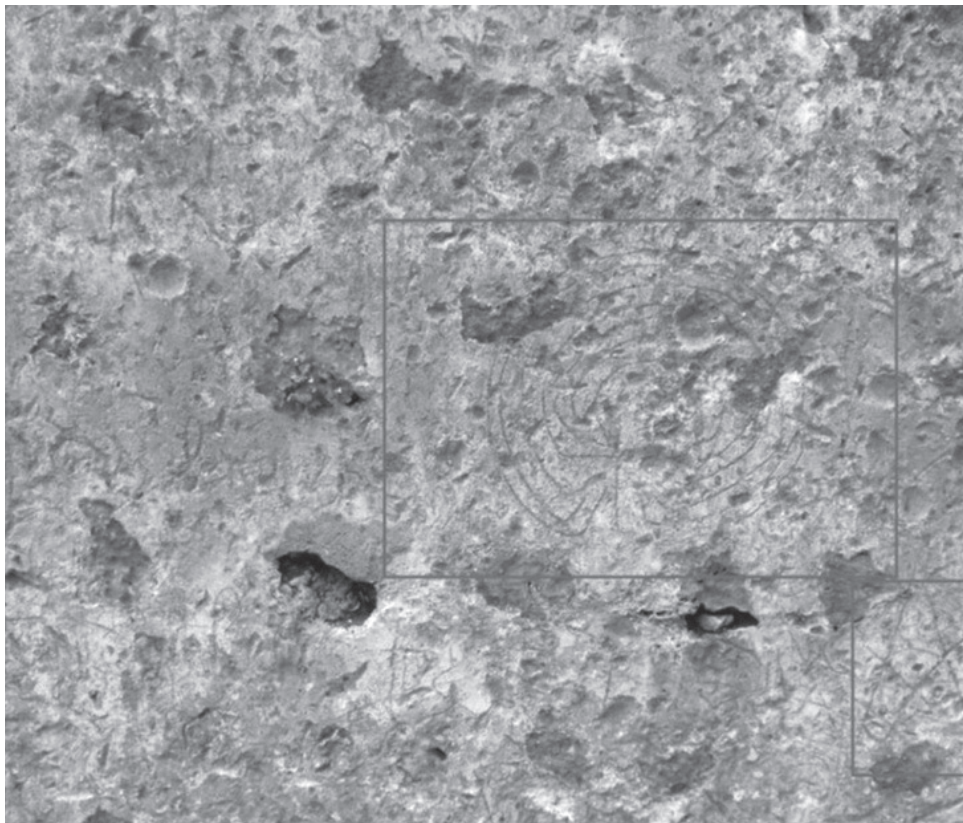
**Fig. 8:** Local onde se encontram os grafitos, ao longo do muro rampeado no lado nascente do castelo, próximo da cota do terreno do fosso.



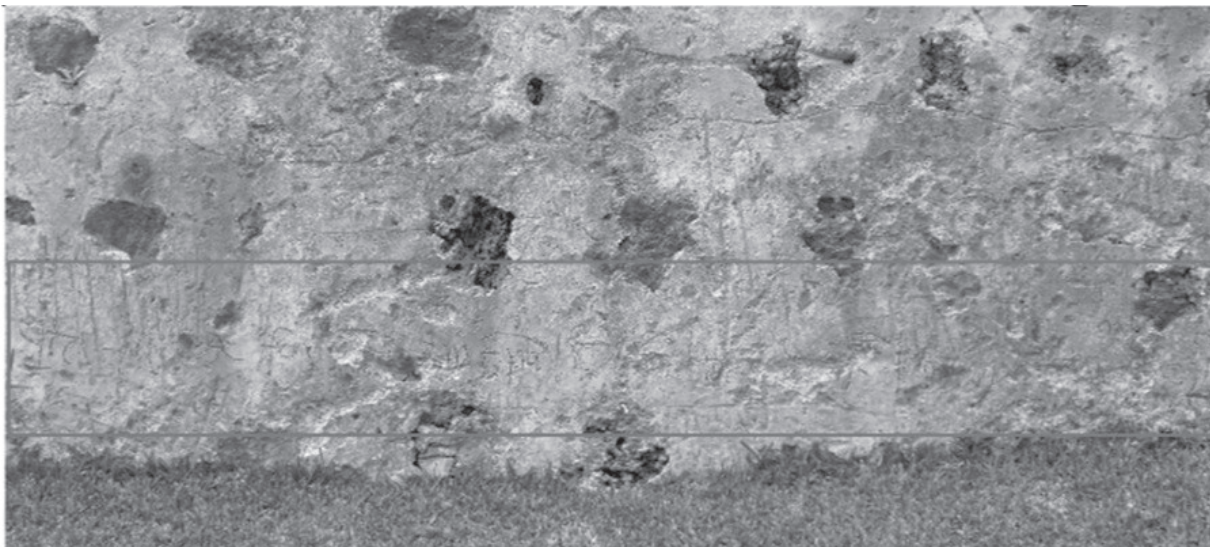
**Fig. 9:** Grafito de um navio na parede do lado nascente do castelo, abaixo da barbacã.



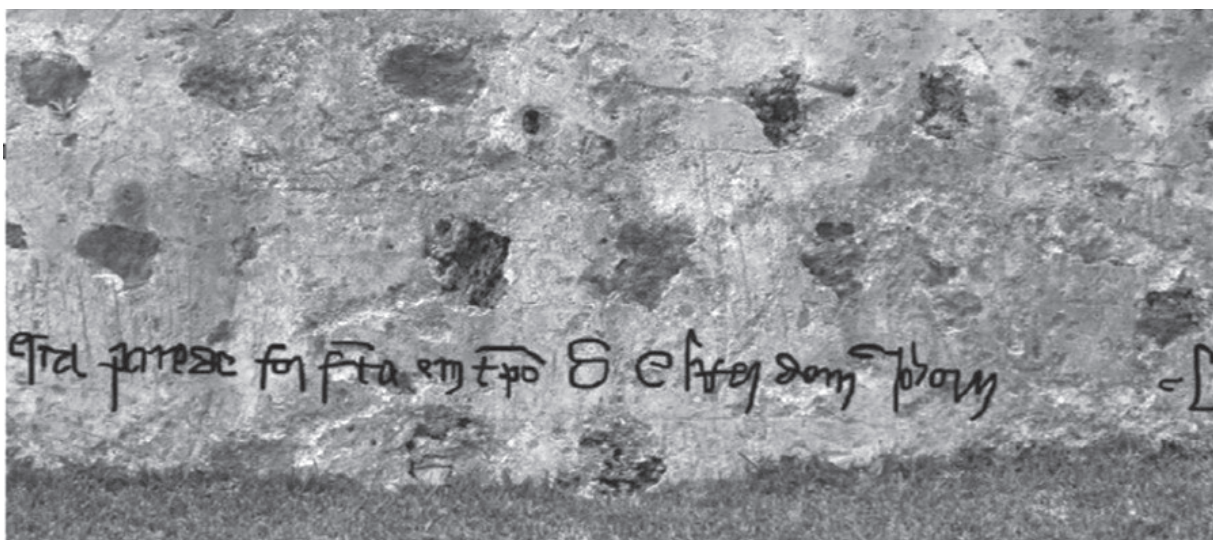
**Fig. 10:** Grafito de um peixe ou cetáceo (baleia, golfinho) à esquerda na imagem, na parede do lado nascente por baixo da barbacã.



**Fig. 11:** Desenhos assinalados de um labirinto e de um pentagrama, motivos encontrados com frequência em contexto de grafitos medievais.



**Fig. 12:** Inscrição que refere a construção da parede em que assenta a muralha barbaca do lado nascente do castelo.



**Fig. 13:** Realce da inscrição da foto anterior, seguida das letras “c L” (à direita), que poderão indicar uma data.



**Fig. 14:** Local onde se encontra a inscrição da foto anterior, na superfície da parede junto à linha do terreno do fosso.



**Fig. 15:** Foto de perfil do fosso e do muro rampeado, adossado à muralha da barbacã. O local da inscrição está assinalado com a seta.